

## ACTA Nº 22

### Acta da Sessão Ordinária do dia 27 de Fevereiro de 2009

----- Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, pelas dezoito horas e trinta minutos, na sala de sessões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Dália Batista, que foi substituída pela senhora Elisabete Cardoso; Elisabete Pequeno, substituída pelo senhor Paulo Santos, José Gonçalo Regalado, Licínio Ramos, substituído pelo senhor Manuel Reverendo; Manuel Bogalho, substituído pelo senhor Manuel Nogueira e Maria Helena Marques, substituída pelo senhor Albano Gonçalves. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação a acta da sessão anterior. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro solicitou à mesa duas alterações à acta: a primeira respeitante à sua intervenção no ponto três da ordem de trabalhos e a segunda respeitante a uma intervenção sua e às intervenções do senhor deputado José Lazaro e do senhor Presidente da Câmara no ponto sete da ordem de trabalhos. -----

----- O segundo secretário Hugo Jorge afirmou que não tinha elaborado a acta, apenas a corrigiu, pois não tinha estado presente na sessão anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou que a acta iria ser rectificada nos pontos referidos e que iria ser posta à discussão e à aprovação na próxima sessão da Assembleia. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro questionou o Executivo sobre uma construção que se avista da estrada que liga Ouca a Rio Tinto e que se encontra junto ao Rio Boco, que se assemelha a um contentor assente em estacas. ----

----- O senhor deputado Silvério Regalado destacou a realização da Assembleia de cidadãos, organizada pelos alunos do ensino nocturno da Escola Secundária, enaltecendo também a visita do senhor Primeiro Ministro ao concelho de Vagos, manifestando esperança que se repita, para inaugurar o Parque Empresarial do Fontão. -----

----- O senhor deputado André Pinho congratulou-se com as rectificações efectuadas aos viadutos sobre a A17, agradecendo à Câmara Municipal o trabalho desenvolvido nas pressões exercidas sobre as entidades responsáveis. Alertou para o mau estado de algumas estradas que tinham ficado danificadas com o Inverno, solicitando a atenção das Juntas de Freguesia e da Câmara para esse facto. -----

----- O senhor deputado Tony Richard, em nome do grupo municipal do PSD, leu o comunicado que se transcreve: “Antes de mais começamos por lamentar a postura popularucha e propagandística do Grupo Municipal do CDS/PP, visto que, ao invés de discutir os assuntos da Assembleia Municipal no seu sítio próprio, vem discutir esses assuntos para os jornais com comunicados ofensivos ou com artigos de opinião demagógicos dessa estrutura. Em relação ao comunicado, quer-nos parecer que revela bem que o CDS/PP só a partir de meados do ano de 2008 se lembrou que iriam haver eleições autárquicas em 2009. É que até essa altura os únicos assuntos onde tinham existido divergências claras foram a Carta Educativa e a CPCJ, de resto maioritariamente os assuntos foram sendo aprovados, nesta Assembleia, sem votos contra e em grande parte por unanimidade. Em resposta a isto, o CDS já

deu a entender que estas aprovações por unanimidade foram assuntos menores, como se isto existisse, pensamos que não existem assuntos menores que sejam trazidos a esta Assembleia, todos os assuntos nos merecem o maior respeito, mas nestes assuntos podemos incluir, por exemplo, o Plano de Pormenor de S. Sebastião, em 19 de Maio de 2006, aprovado por unanimidade; o empréstimo de 950 mil euros, em 24 de Novembro de 2006, aprovado por unanimidade; o Orçamento e Plano Plurianual de 2007, a criação da Mais Vagos e as taxas de IMI, tudo a 22 de Dezembro de 2006, aprovados por unanimidade; a proposta de acordo do Parque de Campismo, em 23 de Fevereiro de 2007, aprovado por unanimidade; as contas de 2006, em 27 de Abril de 2007, aprovadas por unanimidade; o Regulamento dos resíduos sólidos urbanos e a contratação de leasing para aquisição de viaturas, em 29 de Junho de 2007, aprovado por unanimidade; as taxas de IMI 2007, revisão do Orçamento e do Plano Plurianual de 2007, em 27 de Setembro de 2007, aprovado por unanimidade; as linhas estratégicas para o desenvolvimento do concelho de Vagos, em 27 de Setembro de 2007, aprovado por unanimidade; o contrato de comodato com a Santa Casa da Misericórdia, em 29 de Fevereiro de 2008, aprovado por unanimidade; o protocolo entre a Câmara Municipal de Vagos e a Promodois, que teve apenas duas abstenções do PS; cedência de terrenos à Junta de Freguesia de Santa Catarina, à Associação Boa Hora e EPADRV, o zonamento do IMI, em 24 de Abril de 2008, tudo isto aprovado por unanimidade; a prestação de contas de 2007, que teve apenas 1 abstenção. Se isto não são assuntos de maior importância, então não sabemos o que o CDS entende por assuntos importantes. Quanto à acusação de que o Grupo Municipal do PSD vota incondicionalmente a favor das posições do Executivo, essa acusação é desmentida no mesmo comunicado do CDS, na sessão em que se discutiu o protocolo entre a Câmara e o NEVA. É claro que se o PSD tivesse mantido a sua posição teríamos levado o assunto à votação; porém, apesar da larga maioria que tem, o PSD sempre soube respeitar a sua posição, uma postura claramente diferente da assumida pelo CDS/PP do passado. Quanto ao cemitério e ao armazém de Santo António, mais uma vez se revela a diferença entre o PSD e o CDS; nós arranjamos soluções, o CDS arranja problemas. Para um caso exactamente igual em Soza, onde a Junta de Freguesia liderada pelo CDS construiu um armazém em 2004, o PSD não levantou qualquer questão quanto à sua legalidade e ainda hoje esse mesmo armazém está ilegal, pois só será legalizado com a publicação do PDM. E não adianta o CDS alegar que isso era o passado e agora é tudo diferente, basta ver a Comissão Política do CDS, que é constituída pelas mesmas pessoas, onde só muda o rosto principal, que há 3 anos era candidato à Câmara Municipal de Mira pelo CDS. Não esqueçamos nem nunca deixaremos de cumprir com as nossas obrigações, por isso efectuamos sempre reuniões preparatórias das Assembleias, onde discutimos os assuntos que posteriormente serão discutidos nesta casa. Mas não nos ficamos por aí; uma vez por ano organizamos uma viagem pelo concelho, a fim de conhecer no terreno os problemas que aqui discutimos. Eu pergunto: quantas vezes fez o CDS/PP esse trabalho? Já visitámos o Agrupamento de Escolas, visitámos IPSS, tivemos reuniões com associações, tudo isto no sentido de indagar dos problemas existentes. Ainda recentemente fomos, a convite do NEVA, visitar as instalações na Zona Industrial de Vagos. Convite semelhante foi feito ao CDS/PP e até hoje ninguém do CDS lá foi, isto é sintomático da leveza com que se tratam os problemas, não tivemos até hoje nenhum tipo de problema em assumir as nossas responsabilidades, foi esse o compromisso que assumimos com os eleitores e é neles que revemos diariamente a confiança política que nos faz manter o mesmo caminho. Respeitamos todas as opiniões, mas não podemos permitir que a política da maledicência, da intriga, da suspeita e da demagogia vença. Estamos plenamente convictos que somos capazes de fazer prevalecer a política do trabalho, da seriedade e do desenvolvimento, a bem de Vagos e a bem dos Vaguenses.”-----

----- A senhora deputada Dulcínea Sereno agradeceu, em nome pessoal e de uma família da sua freguesia, aos

serviços sociais da Câmara Municipal de Vagos a ajuda e a assistência prestada a esta família. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta disse que havia uma ideia na comunicação social, durante a última semana, de que a visita do Primeiro-ministro ao concelho de Vagos seria para o lançamento da primeira pedra do Parque Empresarial do Fontão. Confessou que esta notícia o deixou bastante satisfeito, por ser uma forma de dar visibilidade a um projecto que é uma aposta desta Câmara, servindo também para colocar Vagos definitivamente no mapa por estas razões. Falou-se também na possibilidade do senhor Primeiro-ministro poder vir a estar na inauguração do Centro de Saúde. Nada disto veio a acontecer, houve lugar apenas à inauguração das instalações da Santa Casa da Misericórdia. Questionou então o senhor Presidente, e com o objectivo de elucidar os membros da Assembleia, se houve alguma alteração na visita e se essa alteração se deveu a alguma mudança de estratégia de carácter político. No lançamento do Parque Empresarial do Fontão deverá estar alguém com a representatividade de um Primeiro-ministro, esta aposta da Câmara merece ter alguém que confira ou ajude a conferir a visibilidade que ela justifica. De seguida, interrogou o Executivo sobre a questão da eventual revisão extraordinária da sentença do processo Riavagos pela via judicial. Por fim, e reconhecendo que ainda não tinha conhecimento da existência do contentor referido pela deputada Dina Ribeiro, prometeu que iria tentar saber e ver o que se passava em função do alerta que tinha sido feito nesta sessão da Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por informar que o contentor referido pela senhora deputada Dina Ribeiro já foi alvo de fiscalização, estando-se apenas a aguardar o seu resultado para que sejam tomadas as devidas providências. Acerca da requalificação dos viadutos sobre a A17, afirmou esperar que esta não seja definitiva, pois entende que as passagens superiores estão mal executadas, os materiais de aterro que foram utilizados não são de qualidade, pelo que continuarão a existir abatimentos. O prazo de garantia da obra termina em Setembro de 2009, tendo já havido uma reunião no INIR, onde foram discutidos os temas da A17 e onde a Câmara fez saber ao senhor Director do INIR que se oporá à recepção provisória das passagens superiores, pois entende que estas têm de ser reconstruídas. Acerca da visita do senhor Primeiro-ministro, informou que a autarquia só foi informada da vinda e do motivo da visita na véspera, pelo gabinete do senhor Primeiro-ministro. Um dos motivos dessa visita estava relacionado com o lançamento da primeira pedra de uma empresa e, pelo que apurou, tal não aconteceu porque houve indisponibilidade por parte da empresa para o dia vinte. Quem acertou a data com a empresa foi o gabinete do senhor Primeiro-ministro e quem desmarcou o lançamento foi a empresa. Em devido tempo a autarquia irá lançar a primeira pedra do Parque Empresarial do Fontão, mas apenas quando estiverem reunidas todas as condições. A Câmara Municipal de Vagos teria tido muito gosto em que fosse o senhor Primeiro-ministro a inaugurar o Centro de Saúde, mas como esta obra foi da exclusiva responsabilidade da ARS do Centro, competia a essa instituição, juntamente com a senhora Ministra da Saúde, definir a data da inauguração do Centro, não tendo a autarquia nada a ver com a marcação dessa inauguração. Sobre a revisão da sentença do processo Riavagos, informou que esta ainda não consta da informação remetida aos senhores deputados pela razão que a Câmara Municipal ainda não foi notificada da admissão do recurso. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, confessando que não estava com vontade de entrar em questões propagandísticas, gostaria apenas de partilhar com os elementos da Assembleia, para que cada um pudesse fazer as leituras que entendesse, alguns resultados das votações das actas da Assembleia Municipal de 2001, que foi o último ano do mandato do Dr. Carlos Bento: acta nº1, de Fevereiro de 2001, todos os pontos aprovados por unanimidade; acta nº2, de Abril de 2001, havia um ponto que tinha sido aprovado com abstenções, que foram as contas, e os restantes pontos foram aprovados por unanimidade; acta nº 3, de Junho de 2001, havia um ponto com 9 abstenções e

um voto contra do PS e havia um ponto com 1 abstenção, que não tinha a certeza, mas julgava ser do PS e os restantes pontos aprovados por unanimidade; a acta seguinte tinha sido uma sessão de trabalho que se tinha prolongado por duas reuniões, onde tinha havido um ponto aprovado com 4 abstenções, uma votação por escrutínio secreto em que tinha sido aprovado o ponto com 1 abstenção e os restantes pontos dessas duas reuniões foram aprovados por unanimidade. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta, tomando conhecimento da reforma da D. Maria Eugénia, reconheceu os longos e frutuosos anos de dedicação desta à Câmara Municipal de Vagos, afirmando que sempre que, das várias vezes que teve oportunidade de a contactar por razões profissionais, a D. Maria Eugénia tinha tido uma atenção inexcedível. E concluiu parafraseando o poeta, dizendo que “era triste reformar-se assim tão novo”. Não querendo deixar passar a oportunidade, congratulou-se pela iniciativa de um grupo de mulheres de Vagos pela criação de uma confraria que se irá denominar “Confraria das Sainhas”. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado afirmou que se a senhora deputada Dina Ribeiro queria puxar o passado em 2001, ele teria de lembrar que nessa altura havia Presidentes de Junta que por terem a coragem política de votar contra Planos, Orçamentos e outros documentos, eram ameaçados que as máquinas não iam mais para as suas freguesias, revelando que nessa altura o PSD tinha um vereador e um grupo na Assembleia Municipal a quem tinha sido dado para assessorar uma pessoa surda-muda, sendo esta a verdadeira diferença entre os tempos do PSD e do CDS/PP. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que tinha resolvido partilhar com os elementos da Assembleia os resultados das votações de 2001, por ter achado curiosos esses resultados, considerando que apenas tinha constatado um resultado de uma votação que estava em acta e que podia ser consultado por toda a gente. Em relação ao comentário do funcionário surdo-mudo, revelou que no próprio dia da Sessão veio mais cedo para Vagos para solicitar ao senhor Presidente da Câmara que lhe arranjasse nem que fosse um funcionário surdo-mudo, mas que a pudesse deixar ouvir as gravações da Assembleia e disponibilizar as actas da reunião da Câmara, pois cada vez que tentava obter essas informações havia sempre uma tentativa de atrasar e obstaculizar, realçando que esta tentativa não era por parte da Câmara, afirmando que o problema até tinha sido resolvido após conversa com a D. Dulcília. Revelou que na última sessão da Assembleia tinha chegado ao caricato de ter a reunião com os elementos da Assembleia Municipal marcada e não ter documentação para a reunião, tendo sido obrigada a fazer vários telefonemas para conseguir a documentação, tendo sido feita a reunião preparatória apenas com parte da documentação, pois a outra parte foi entregue mais tarde. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, relativamente à documentação a enviar aos grupos municipais, assegurou que esta sempre tinha sido enviada dentro do prazo legal. Disse também que o Presidente e os secretários da Assembleia tinham as suas vidas profissionais, considerando que não era a duas horas de uma sessão da Assembleia Municipal que se pedia para fazer audições ou solicitar elementos, não podendo a senhora deputada Dina Ribeiro exigir em cima da hora o que pretendia. Concluiu afirmando que os elementos da mesa da Assembleia não eram profissionais políticos, e que não admitia que pusessem em causa a mesa da Assembleia acusando-a de tentar impedir o acesso aos documentos, pois isso era totalmente falso. -----

-----O senhor Presidente da Câmara afirmou que nenhum documento, desde 2002, estava vedado a quem quer que fosse, deputado municipal ou município. E pediu à senhora deputada Dina Ribeiro que entendesse que muitas das vezes não era fácil de um momento para o outro arranjar o que era pedido, pois ainda não havia condições físicas e humanas para fazer isso. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro revelou que a última vez que solicitou a gravação da Assembleia fê-lo numa segunda-feira, tendo que insistir várias vezes para poder ir à Câmara ouvir a gravação. Ainda sobre este assunto afirmou que, desta vez, quando telefonou para ouvir a gravação, a desculpa que lhe foi dada por um funcionário não foi de carácter profissional mas sim de carácter pessoal. Em relação ao envio da documentação, afirmou não ser verdade que esta tenha sido sempre entregue dentro do prazo, pois já aconteceu alguns documentos relativos à ordem de trabalhos serem entregues na véspera. -----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs aos senhores deputados a aprovação de um voto de louvor à senhora D. Maria Eugénia, que terminava o exercício das suas funções profissionais no dia da Sessão. Esse voto de louvor deve-se ao seu profissionalismo, sentido de dever e pela sua dedicação ao longo dos anos de serviço que prestou na Câmara Municipal de Vagos, -----

----- O voto de louvor foi aprovado por unanimidade e aclamação. -----

#### ----- PUNTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA e) DO PUNTO 1 do ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO. -----

----- O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a informação financeira e actividade municipal, no período compreendido entre dezasseis de Dezembro de dois mil e oito e vinte e dois de Fevereiro de dois mil e nove. -----

#### ----- PUNTO DOIS – REGULAMENTO ORGANIZACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – REPUBLICAÇÃO. -----

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que durante o período entre as duas últimas sessões da Assembleia houve troca de comunicados entre partidos, notícias na comunicação social, considerando que tudo não era mais que folclore político e campanha. A mesa da Assembleia não está em campanha, tem de ser e é isenta, revelando que o que mexeu com a Mesa foi uma frase de um comunicado que a acusava de permanecer em silêncio numa atitude de cumplicidade com a Câmara. Sobre esta acusação disse que a Mesa não tem de fazer comunicados, tem sim de cumprir com as suas obrigações, nos locais próprios, e tratar dos assuntos com isenção. Considerou que não era honesto pôr em causa a seriedade da Mesa, revelando que quando tiveram conhecimento da situação ocorrida, reuniram com o Presidente da Câmara para esclarecer e analisar o que aconteceu, chegando à conclusão que houve um erro na publicação, não no Estatuto em si mas na Justificação. Posto isto, colocavam-se duas opções: ou se marcava uma Assembleia extraordinária para rectificar a situação, opção considerada desnecessária, já que a Justificação não punha em causa os Estatutos, que estavam correctos, ou na sessão ordinária seguinte se dava conhecimento da verdade dos factos e se republicava o documento, opção que foi tomada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, em relação à questão em discussão, afirmou não estranhar a postura da Comissão Política do CDS/PP e do senhor Jorge Luís, convidado do Partido Socialista num programa de rádio, mas que ficou pasmado e surpreendido com a postura do Grupo Municipal do CDS/PP, considerando que esta revelou uma ausência completa de bom senso. Quem vir o Diário da República todos os dias, repara que são inúmeras as situações de rectificações a Regulamentos que lá aparecem. Tudo não passou de um erro, o Executivo está de boa fé nesta questão e só poderia ser acusado de má fé se esta alteração desvirtuar o espírito do Regulamento, nomeadamente o espírito da proposta apresentada aos senhores deputados municipais. A solução do problema é simples, basta republicar o Regulamento retirando o que está a mais. Lembrou o mandato anterior, quando o

Professor Doutor Mário Almeida Costa presidia à Mesa da Assembleia, em que muitas vezes ele chegava à sessão e dizia que tinha efectuado umas alterações para melhorar o Regulamento e mas que não tinha tempo de as dar a conhecer ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores deputados, e nessa situação toda a gente na Assembleia Municipal, num espírito de cooperação, aceitava aprovar o Regulamento com as alterações proposta pelo senhor Presidente da Mesa sem as conhecer. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa aproveitou parte da intervenção do senhor Presidente da Câmara, que iam ao encontro daquilo que tinha dito na comunicação social, onde dizia “ que não tinham passado assim tantos anos para o CDS/PP se esquecer para quando tinha a maioria na Assembleia nas inúmeras alterações que eram introduzidas *a posteriori* nas propostas de regulamentos, pelo presidente da Assembleia Municipal, sem ser do conhecimento dos deputados ou da Câmara”, considerando que as proposta de regulamentos que a Câmara mandava para a Assembleia não tinham de ser aprovadas tal como a Câmara Municipal as apresentava, podendo os deputado municipais introduzir alterações e fazer propostas que achassem necessárias, afirmando que era nesse âmbito que o Dr. Mário Costa propunha as alterações referidas. Esta situação nada tem a ver com a do Regulamento Organizacional, referindo que a explicação apresentada pelo senhor Presidente da Câmara está completamente desenquadrada da situação. Revelou que ficou preocupada quando leu as declarações do senhor Vice-presidente, quando este disse que “após a aprovação do Regulamento este foi visto mais uma vez pelo Dr. Dias Pacheco, que fez algumas rectificações ao Regulamento”, já que as alterações têm de ter sido feitas antes da aprovação do documento. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Assembleia, considerou que este deveria ter efectuado uma chamada de atenção antes desta Assembleia de modo a apaziguar as hostes. -----

----- O senhor Presidente da Câmara reafirmou que não via diferença entre as situações ocorridas no passado e a situação ocorrida agora, justificando que o que acontecia anteriormente era que os deputados reconheciam a boa fé do Dr. Mário Costa e admitiam que ele, *a posteriori*, na proposta que ia à Assembleia, introduzisse as alterações que quisesse, revelando que a Câmara Municipal podia chegar ao ponto, se usasse de desonestidade, de colar algumas propostas ao texto do Dr. Mário Costa e a Assembleia nunca saberia de nada, pois não conhecia as suas propostas. A alteração seria relevante se fosse no corpo de Regulamento, ou se fossem alterações aos artigos, mas neste caso não era relevante pois a alteração deu-se na nota justificativa, que nem tem de ser publicada. Referiu que as declarações do senhor Vice-presidente à comunicação social estavam escritas de forma errada nos jornais, pois o que o senhor Vice-presidente da Câmara tinha dito era que as correcções feitas pelo jurista Dr. Dias Pacheco foram antes de o Regulamento ter ido para a Assembleia Municipal. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa informou que depreendeu da intervenção do senhor Presidente que as declarações do senhor Vice-presidente publicadas no jornal O Ponto não corresponderam à realidade. Afirmando que uma coisa eram propostas feitas até ao documento ser aprovado e outra coisa eram alterações após a aprovação do documento. E, independentemente de ter sido lapso ou não, reafirmou que as situações discutidas não lhe pareciam em nada similares. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado manifestou contentamento por verificar, nas afirmações da senhora deputada Luísa Costa, que ela se demarca do comunicado que o seu Grupo Municipal fez, acusando o CDS de não ter perguntado nada a ninguém e ter feito acusações na comunicação social, obrigando quer o senhor Presidente quer o Grupo Municipal do PSD a responder a essas acusações. Lembrando que na altura em que o Dr. Mário Costa era presidente da Assembleia Municipal as alterações eram faladas na Assembleia, mas era dada total liberdade ao Dr. Mário Costa de posteriormente as redigir e as acrescentar ao documento. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta começou por afirmar que estava cada vez mais baralhado com esta questão, apesar da intervenção rigorosa da deputada Luísa Costa, parecendo-lhe que esta questão era mais formal que outra coisa. Considerou que das duas uma, ou a Câmara Municipal tinha inserido o parágrafo querendo inseri-lo, e então tinha havido um lapso e não aparecia na proposta enviada à Assembleia, e neste caso não entendia porque é que não se voltava a apresentar o texto com o parágrafo à discussão da Assembleia e deixando de fazer sentido republicar o Regulamento se houvesse aprovação, ou então o parágrafo aparecia no texto da reunião de Câmara por lapso involuntário, não aparecendo no texto da Assembleia, mas depois o que aparecia publicado era com o parágrafo. Considerou que o texto do parágrafo era incisivo e que tinha mexido claramente com vícios de algumas de pessoas de estrutura que se sentiram incomodadas, revelando que lhe tinha chegado aos ouvidos que o texto tinha criado algum mal estar na Câmara Municipal, principalmente em alguns funcionários que se sentiram feridos na sua dignidade. Afirmou que quando se tratava de alterar e de melhorar alguma coisa havia que pegar no cajado e que doesse a quem doesse, assumindo que se queria racionalizar os meios e melhorar a imagem do município. Concluindo que o essencial desta questão era uma vontade de reorganizar, reconheceu que os termos escritos podiam não ter sido os mais apropriados. -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou que o terceiro e o quinto parágrafos estavam escritos, quer no modo quer no conteúdo quer no tom, da mesma maneira que o quarto parágrafo, portanto a expurgação de um desses três parágrafos era perfeitamente irrelevante, pois a crítica implícita aos serviços ou famoso mal estar que provocaria nos serviços iriam acontecer sempre, quer estivesse o parágrafo ou não. Esclareceu que o corpo do Regulamento tinha sido feito e distribuído para apreciação aos vereadores, entendendo o Executivo que o Regulamento deveria ter uma nota justificativa, que foi elaborada pelo senhor Vice-presidente, na parte política, e pela divisão jurídica, na parte jurídica. A parte política já se encontrava elaborada desde 2006, servindo para justificar um conjunto de medidas que já tinham sido tomadas. Quando o Regulamento foi para o Dr. Dias Pacheco, este sugeriu que se reescrevesse a nota justificativa, pois não era de bom-tom uma crítica tão violenta à estrutura. Após esta sugestão, o Executivo entendeu que devia ser retirado o quarto parágrafo. Aconteceu que quem construiu o Regulamento, no sentido de colagem de peças, e o enviou para parecer do Dr. Dias Pacheco, percebeu que não havia alterações e facultou à D. Maria Eugénia uma versão que objectivamente tinha sido alterada; e quem enviou para a Assembleia Municipal e para os deputados já tinha enxertado o parágrafo. E como infelizmente ninguém tinha tido tempo para ler, acabou por ser diferente aquilo que foi subscrito na reunião de Câmara e na Assembleia Municipal. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por considerar que se estava a perder muito tempo a discutir uma questão de forma, que poderia ter sido resolvida com um simples telefonema. Afirmou perceber e acreditar que tenha sido um lapso, considerou que também se deveria perceber que os membros desta Assembleia deviam sentir a confiança e a segurança suficiente para saberem que os documentos aprovados eram assinados pela Mesa no momento e que eram os documentos correctos. E quando a questão surgiu na comunicação social, podia ter sido esclarecida de imediato e a questão tinha morrido à partida. Em relação às declarações que estavam no artigo no jornal O Ponto, que supostamente e da forma como estavam apresentadas pareciam ser do senhor Vice-presidente, afirmou que quem lesse o excerto textual que a senhora deputada Luísa Costa tinha lido, ficava com a sensação que depois das aprovações em reuniões da Assembleia Municipal havia ainda acertos que eram feitos aos documentos. --

----- O senhor Presidente da Câmara informou que muitas vezes os documentos que iam à reunião de Câmara eram alvo de acertos e reabertos através das propostas dos vereadores para melhorar determinado documento, sendo este o objectivo das palavras ditas no jornal. Acontece o mesmo com os deputados em Assembleia Municipal

quando estes fazem propostas que são aceites o documento é enxertado com essas propostas. Para mais, é impossível que haja alterações aos documentos aprovados, uma vez que eles são assinados e só depois enviados para a Assembleia. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa considerou que a visão do deputado Silvério Regalado do comunicado efectuado pelo Grupo Municipal do CDS/PP era um visão redutora, confirmando que se revia integralmente no que nele constava. Afirmou que o que tinha dito na sua intervenção em nada punha em causa a solidariedade que tinha para com o comunicado, subscrevendo na totalidade o que lá estava escrito. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia informou que a Câmara Municipal irá republicar o Regulamento Organizacional dos Serviços Municipais conforme foi aprovado em Assembleia Municipal. -----

### ----- **PONTO TRÊS – PLANO EXCEPCIONAL DE APOIO A FAMILIAS E EMPRESAS – APROVAÇÃO.** -----

-----O senhor Presidente da Câmara começou por referir que o executivo tinha vindo desde a algum tempo a tomar um conjunto de medidas no sentido de tornar mais competitivo o tecido social e económico do concelho de Vagos e fazia sentido que fosse transformado o conjunto de medidas já tomadas e algumas que iriam tomar num Plano Excepcional, até porque tinham chegado à conclusão que o plano apresentado pelo Governo ao país teria algumas dificuldades em ser implementado em algumas das suas medidas. Entendendo o Executivo que apesar dos bons resultados que se tinham sentido em Vagos, nomeadamente na subida do valor dos impostos recolhidos no município, era preciso estruturar as medidas já tomadas e dar-lhe elo de ligação. Sendo certo que algumas medidas teriam de vir obrigatoriamente à Assembleia Municipal e um conjunto de outras medidas não teriam de vir à Assembleia Municipal, foi entendimento do Executivo dar conhecimento de todas elas à Assembleia, aprovando o Plano no seu conjunto. Este Plano tem também o mérito de agilizar a tomada de medidas para que o mais cedo possível possa produzir efeito útil no tecido económico e social do concelho de Vagos. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado iniciou a intervenção afirmando que o documento em discussão lhe parece muito concreto e bastante bom, mas ainda assim o Grupo Municipal do PSD considera que pode ser mais agilizado. Para tal, apresentou a seguinte proposta, para ser votada depois da aprovação deste documento: “O Grupo Municipal do PSD vem desta forma, e tendo em conta a necessidade e urgência em implementar as medidas propostas no Plano Excepcional de apoio a famílias e empresas, propor o seguinte: no âmbito das medidas propostas, visto que as mesmas são claras e estão determinadas, vimos desta forma autorizar que a Câmara Municipal possa deliberar sobre a alteração dos respectivos regulamentos e tomar as medidas propostas sem intervenção posterior da Assembleia Municipal, dispensando a sua vinda a esta mesma Assembleia para aprovação concreta ou na especialidade de acordo com o documento agora apresentado e com carácter excepcional assegurando ainda que o Executivo dará o respectivo conhecimento à Assembleia Municipal em posteriores sessões, das medidas tomadas.” -----

-----A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que face à situação de crise que se vivia considerou que era importante que houvesse medidas para ajudar a ultrapassar esta fase difícil, à semelhança do que tem vindo a ser feito nos concelhos vizinhos, compreendendo e achando que seria um boa estratégia a Câmara tentar acelerar a construção do Parque Empresarial e chamando assim investimento para Vagos. Afirmou que o documento era demasiado extenso e que tinha algumas medidas que precisavam de ir à Assembleia e outras que não precisavam. Começando pelas medidas de incentivo ao investimento privado, questionou o Executivo porque razão é que a concessão de isenções e benefícios fiscais a aplicar às indústrias do Parque Empresarial do Fontão é de dez anos;



questionou ainda como se iria calcular a taxa prevista no ponto quatro destas medidas. Em relação às medidas de apoio à rede social, interrogou o Executivo sobre o que estava previsto exactamente com o alargamento da base de apoio a estratos sociais desfavorecidos; ainda nestas medidas, interrogou se a Câmara considerava que a reabilitação das casas gandarezas de reconhecido interesse e valor patrimonial podia ser encarada como uma forma de apoio à habitação social, uma vez que não havia regulamentação em relação a esta matéria. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a escolha do período de isenção por 10 anos foi feita pois foi considerada sedutora para empresários e investidores e tendo em atenção os requisitos para que seja declarado o interesse público municipal, considerando que para os valores dos investimentos em causa fazia sentido a criação de um período de 10 anos. Em relação ao cálculo da taxa, referiu que um dos factores de determinação da taxa de uma edificação era um coeficiente que se definia de  $x/m^2$  e a regra que estava escrita no RMUE era uniforme para todo o tipo de construção. Todos os anos a autarquia faz a sua revisão das estimativas orçamentais, de acordo com um ofício da Associação de Industriais da Construção Civil e Obras Públicas. E no estudo que foi feito para elaboração deste plano chegaram à conclusão que fazia sentido, para promover o investimento industrial, diferenciar o  $m^2$  de construção tendo em conta o seu destino. Nesta altura, esta opção terá um impacto social interessante e um impacto económico ainda maior. Relativamente ao alargamento da base de apoio a estratos sociais desfavorecidos, informou que foi entendimento do Executivo permitir que na base de acesso a benefícios sociais se alterasse a regra dos rendimentos, e era isso que iria ser feito. No caso das casas gandarezas, considerou que o que estava em jogo era a conjugação de factores: a existência de um agregado familiar merecedor de apoio social e ao mesmo tempo proprietário de uma casa gandareza degradada. Esta medida só entrará em vigor quando o novo Plano Director Municipal entrar em vigor, pois no PDM permite-se que a Assembleia Municipal reconheça o interesse patrimonial de casas gandarezas. Assim, se aparecer um família que não tenha rendimentos suficientes e que lhe seja permitido o apoio social e sendo proprietária de um casa gandareza em mau estado, será apoiada a recuperação da habitação se a Assembleia Municipal reconhecer o interesse patrimonial da casa gandareza em questão. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro iniciou as considerações do Grupo Municipal do CDS/PP sobre este documento: em relação às medidas de incentivo ao investimento privado, consideram haver medidas que não precisavam de estar no Plano, pois pautam-se pela manutenção, dando o exemplo dos pontos um e dois; em relação ao ponto três, da concessão de isenção e benefícios fiscais para os projectos que se localizem no Parque Empresarial do Fontão, consideram que o documento apresenta uma medida excepcional a aplicar no ano de 2009, mas a forma como esta medida aparece faz com que ela tenha implicações durante um período de dez anos, considerando o Grupo Municipal que este período é excessivo. Relativamente às medidas de simplificação administrativa, concordam com estas medidas, mas consideram não ser necessárias neste Plano de Apoio. Em relação às medidas de apoio social e ao previsto no ponto quatro, concordou com a verificação das duas condições - uma família carenciada e uma casa de reconhecido valor, mas entendiam que a recuperação das casas gandarezas exigia uma regulamentação e portanto deveria haver essa regulamentação. A recuperação como está prevista no Plano, sem existência de uma regulamentação que defina exactamente como é que se vai traduzir o apoio, não faz aqui sentido, enquadra-se melhor num plano de recuperação de património histórico. Relativamente às medidas de apoio à rede escolar nada opuseram, apesar de julgarem que algumas estavam mais relacionadas com as alterações ao nível do ensino por opções governamentais do que propriamente a medidas de apoio a uma situação de crise. Em relação às medidas de apoio ao investimento público também consideravam que parte dessas medidas eram de gestão corrente, mas reconheciam que existiam medidas que eram de facto medidas de apoio em situação de crise. Em jeito de conclusão

consideram que o documento tem uma inventariação de itens ou de acções que visam cativar e incentivar o investimento privado e apoiar as famílias e trabalhadores, mas há itens que entendem não serem medidas excepcionais. E para dois deles o Grupo Municipal do CDS/PP apresentou as seguintes propostas de alteração: “O Grupo Municipal do CDS/PP apresenta duas propostas de alteração ao documento apresentado, primeira alteração: considerando que as medidas a aprovar assumem um carácter excepcional a aplicar em 2009, como explicita o próprio documento para uma situação de crise que se prevê ter a duração de três anos; considerando que a decisão de isenção de pagamento de IMI para os projectos que se localizem no Parque Empresarial do Fontão proposta pela Câmara se estende por um período de tempo demasiado longo, dez anos e considerando que a lei geral já prevê um regime de isenção de pagamento de IMI, propõe-se que a isenção de IMI prevista para as empresas do parque supra citado tenha efeitos apenas por um período de 5 anos. Segunda alteração: considerando que a reabilitação de casas gandarezas não constitui de forma clara uma modalidade de apoio a famílias carenciadas e que esta recuperação se deve enquadrar num plano de recuperação urbana que carece de ser devidamente regulamentado, para que esta medida não seja potenciadora de injustiças propõe-se a retirada desta medida.” -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado afirmou entender as razões do Grupo Municipal do CDS/PP, embora não concorde com elas. -----

-----O senhor Presidente da Câmara afirmou que o Executivo tinha tido o cuidado de projectar este Plano e estas medidas para o horizonte da sua validade, ou seja, até final deste ano, não admitindo vincular qualquer Executivo que saísse vencedor das eleições. Em relação ao prazo de 10 anos, informou que sendo uma opção política, não era uma opção aleatória, pois resulta das negociações a decorrer com algumas empresas que a Câmara procura cativar para o Parque Empresarial do Fontão. Em relação às casas gandarezas, afirmou que se alguém quisesse, no presente, deitar abaixo uma casa gandareza para construir outra casa qualquer, pode ser impedido pela Câmara, que pode sempre recusar a demolição de casas gandarezas com interesse. Lembrou que as casas gandarezas são antigas e que são construções em adobe, muitas em mau estado e onde vivem pessoas. Isto significa que estas pessoas nunca tiveram condições para recuperar as referidas casas. Se tal vier a acontecer, os técnicos da Câmara irão conduzir e fiscalizar as obras de recuperação dessas habitações. Quando o PDM estiver em vigor, fará todo o sentido que se inventariem as casas gandarezas com valor patrimonial existentes no concelho. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa afirmou que nada obstava que o período de isenção fosse de 5 anos, e que o próximo executivo decidisse protelar esse prazo. Relativamente às casas gandarezas, questionou o executivo sobre se era condição *sine qua non* para a atribuição do apoio que seja habitação própria e permanente dos requerentes. Sugeriu mesmo que tal se acrescentasse no documento. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado realçou que estas medidas de apoio eram só para adoptar durante o ano de 2009, sendo o interesse municipal para as empresas que durante o corrente ano se instalem ou mostrem vontade de se instalar no Parque Empresarial do Fontão. Sobre a sugestão da senhora deputada Luísa Costa, afirmou que esta não se enquadra na modalidade de apoio à habitação social. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro referiu que percebia que as medidas eram para o ano de 2009, mas que a medida de isenção do pagamento de IMI era uma medida que iria ter implicações nos anos seguintes. Estando a medida no Plano, vincula a Câmara a concedê-la a todas as empresas. Se não estiver no Plano, pode à mesma ser concedida, mediante negociações e tendo em conta as particularidades de cada empresa. Quanto às casas gandarezas, manifestou concordância com o método adoptado pelo senhor Presidente da Câmara. Mas não considera esta medida imprescindível, reconhecendo que não precisa de estar neste Plano excepcional; imprescindível é que

haja uma inventariação dessas casas e que seja declarado pelos órgãos competentes quais eram as casas de reconhecido valor e depois então pensar em arranjar uma medida de apoio às famílias carenciadas que não têm forma de as recuperar. Assim sendo, o Grupo Municipal do CDS/PP mantém as suas propostas de alteração. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a primeira alteração proposta pelo Grupo Municipal do CDS/PP. -----

----- Realizada a votação, foi recusada a primeira alteração proposta pelo Grupo Municipal do CDS/PP com vinte e três votos contra e seis votos a favor. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a segunda alteração proposta pelo Grupo Municipal do CDS/PP. -----

----- Realizada a votação, foi recusada a segunda alteração proposta pelo Grupo Municipal do CDS/PP com vinte e três votos contra e seis votos a favor. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do Plano Excepcional de apoio às famílias e empresas. -----

----- Realizada a votação, foi aprovado com vinte e três votos a favor e seis abstenções o Plano Excepcional de apoio a famílias e empresas. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, em nome do Grupo Municipal do CDS/PP emitiu a seguinte declaração de voto: “O documento apresentado contém medidas com as quais concordamos e que votamos favoravelmente quando apresentadas de forma parcelar nesta Assembleia Municipal, pois existiam pontos que tinham que ir à Assembleia Municipal, tem itens ou medidas que consideramos que não eram necessárias neste documento e tem medidas das quais discordamos, razão pela qual apresentámos propostas de alteração. Nós concordamos com a existência de medidas de apoio no município de Vagos, concordamos de forma clara com a questão do empréstimo, com a questão da redução das taxas de licenças para construção, mas não concordamos com outros aspectos, razão pela qual nos abtemos na votação deste documento. Para além disso, achamos que há medidas que são de gestão corrente e que não precisariam sequer de uma aprovação em Assembleia Municipal.” -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado voltou a ler a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro considerou que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD era um absurdo, porque considerava que aprovar a proposta era o mesmo que dizer que a Assembleia Municipal não precisava de reunir, pois havia no Plano Excepcional de apoio a famílias e empresas uma série de situações que, segundo a legislação, teriam obrigatoriamente de ir à Assembleia Municipal. Se a proposta do PSD fosse aprovada a Câmara passaria a ter legitimidade para fazer aquilo que até a própria legislação não dá legitimidade, considerando que a Assembleia, a aprovar a proposta, estava a demitir-se completamente das suas funções enquanto Assembleia Municipal, acrescentando que lhe custava a acreditar que a proposta fosse de todo o Grupo Municipal do PSD. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o que está em causa são apenas situações cujo documento já espelhava alteração regulamentar, dando o exemplo da alteração do coeficiente k de 0,5 para 0,125, afirmando que se a Assembleia autorizar é alterado o Regulamento exactamente com esta medida. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado considerou que a proposta era clara e que o Grupo Municipal do PSD não iria abdicar dela. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que a proposta do Grupo Municipal do PSD apanhava apenas uma medida da competência da Assembleia Municipal. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que a forma como o documento estava redigido não era assim tão claro que se pudesse dizer que só era uma medida, afirmando que se era apenas uma medida então a proposta quase que não fazia sentido. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

----- Realizada a votação, foi aprovada a proposta do Grupo Municipal do PSD, com vinte e três votos a favor e seis votos contra. -----

**----- PONTO QUATRO – PLAFESA – PLANOS FÉRRICOS PORTUGAL – PRODUTOS DE SIDERÚRGICOS, LDA – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL. -----**

----- O senhor Presidente da Câmara revelou que a empresa Plafesa tinha sido a primeira empresa que tinha outorgado contrato de promessa compra e venda com a Mais Vagos e como tal a AICEP tinha solicitado que a Assembleia Municipal reconhecesse interesse público. Caso esse interesse público seja reconhecido, a empresa pode usufruir das medidas aprovadas no Plano Excepcional de apoio a famílias e empresas. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por afirmar que em relação à declaração de interesse público era evidente que esta Câmara tinha enveredado pelo caminho da atracção de investimento e que ninguém iria contrariar a teoria de que era importante criar postos de trabalho em Vagos, revelando que a nível pessoal tinha sempre alguma dificuldade nestas questões, pois considerava que estas empresas de grande porte tinham impactos positivos mas tinha algum receio em relação a possíveis impactos negativos. Mas era evidente que o Grupo Municipal de CDS/PP considerava de interesse municipal a vinda da empresa para o Parque Empresarial do Fontão. Outra questão dizia respeito à isenção ou redução do pagamento do IMI e IMT, isto porque havia um ofício da AICEP, que era a entidade que verificava se a empresa estava em condições de se candidatar a esses benefícios fiscais, e neste ofício, no último parágrafo diz “...mais se solicita que vossa excelência se digne a informar a AICEP de deliberação da Assembleia Municipal relativa a esta matéria, assim como caso se aplique se os benefícios fiscais relativos ao Imposto Municipal sobre Imóveis e ao Imposto sobre Transmissões onerosas de imóveis a atribuir a Planos Fêrricos Portugal se refere a isenção ou redução”. Em primeiro lugar parecia ao Grupo Municipal do CDS/PP que o que a Assembleia Municipal teria de aprovar não era propriamente a questão da redução ou da isenção de impostos, mas sim se era de reconhecido interesse do município ou não, referindo que em relação a esta questão o Grupo Municipal não se opõe ao reconhecimento, mas que em relação às outras questões que decorriam da declaração de interesse público, que supunha teriam de ter por base uma decisão da Câmara, que era a questão da redução ou isenção de IMI e IMT, o Grupo Municipal do CDS/PP tinha um opinião que ia ao encontro do que já tinham dito no ponto anterior: 10 anos são um período excessivo. Mas estavam a referir este facto apenas como recomendação para a Câmara, pois não estava a ser pedido que se manifestassem sobre a questão da redução ou isenção do IMI e IMT. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado congratulou-se com o documento, afirmando que o Grupo Municipal do PSD concordava em absoluto com o interesse público deste projecto e de outros projectos que se venham a instalar no Parque Empresarial do Fontão. Em relação à intervenção da senhora deputada Dina Ribeiro, referiu que a isenção de IMI tinha ficado aprovado no ponto anterior, em relação ao IMT considerou que neste caso não se aplicava. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal acatava integralmente o que a Assembleia aprovava, afirmando que esta tinha acabado de aprovar no ponto anterior da ordem de trabalhos uma medida que definia de maneira clara e inequívoca quais eram os benefícios das empresas que se localizarem no Parque Empresarial do Fontão e às quais a Assembleia Municipal reconhecer o interesse público do projecto, quer eram a

isenção de derrama e IMI por dez anos, nada dizendo do IMT, revelando até que a empresa em questão já tinha pago o IMT de 50 % dos terrenos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro não sabia se haveria de acreditar no documento que tinha ou no que estava a ser dito pelo senhor Presidente, porque quem lia o documento da AICEP ficava a pensar que a empresa não ia pagar IMI e IMT. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que quem decidia que benefícios é que as empresas iriam usufruir era a Assembleia Municipal e que esta tinha aprovado que os benefícios que seriam aplicados eram a isenção da derrama e do IMI durante 10 anos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a declaração de Interesse Municipal da empresa Plafesa – Planos Férlicos Portugal – Produtos Siderúrgicos, Lda. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a declaração de Interesse Público Municipal da empresa Plafesa – Planos Ferricos Portugal – Produtos Siderurgicos, Lda. -----

----- Na altura da votação a senhora deputada Dina Ribeiro ausentou-se da sala. -----

-----**PONTO CINCO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS – APROVAÇÃO.**

-----O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao executivo para apresentação do tema em discussão. ----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que esta proposta se tratava de mais uma das propostas previstas no plano excepcional que promovia uma alteração regulamentar que teria de ser aprovada pelos deputados. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta de alteração de taxas e licenças. -----

-----Realizada a votação foi aprovada por unanimidade a proposta de alteração de taxas e licenças. -----

----- **PONTO SEIS – SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA RIA DE AVEIRO – TERRENOS NECESSÁRIOS AO LICENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS SOB PRESSÃO – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO AO ABRIGO DA ALINEA d) DO N° 2 DO ARTIGO 9º DO DL N° 196/89 (RAN).** -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a SIMRIA tinha sido convocada pela Comissão Regional da Reserva Agrícola do Centro para licenciar uma área de protecção da estação elevatória à saída da Rua da Fonte, e que portanto a Assembleia Municipal teria de decidir se reconhecia o interesse público da infra-estrutura para que a SIMRIA a pudesse licenciar. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a declaração de interesse público dos terrenos necessários ao licenciamento de equipamento sob pressão. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a declaração de interesse público dos terrenos necessários ao licenciamento de equipamento sob pressão. -----

----- **PONTO SETE – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NO MONTANTE DE 1.500.000,00€ AO ABRIGO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS DO ESTADO (RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS N° 191-A/2008, DE 27 DE NOVEMBRO)** -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou que esta era uma medida já aprovada no Plano Excepcional de apoio a famílias e empresas, informando que a Câmara já tinha sido contemplada com o parecer favorável da Direcção Geral Contribuições e Impostos, faltando apenas a tramitação do processo. -----

----- O senhor deputado José Lázaro solicitou o esclarecimento sobre o que estava a ser discutido, pois o ponto sete da ordem de trabalhos falava na contratação de um empréstimo de 1.500.000,00€, mas as duas propostas

apresentadas, uma da Caixa Geral de Depósitos e outra do BPI, falavam numa abertura de crédito no valor de 900.000,00 €, questionando como é que a Assembleia iria aprovar um crédito de 1.500.000,00 €. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara informou que a linha de crédito de 1.500.000,00 € era repartida entre 900.000,00 € pela banca e 600.000,00€ pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos. -----

----- O senhor deputado José Lázaro questionou se no ponto da ordem de trabalhos não deveria estar a contratação de dois empréstimos no valor total de 1.500.000,00 €. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que era apenas um empréstimo, mas tinha duas componentes, referindo que a instituição bancária que assinasse o contrato com a Câmara Municipal entregava à Câmara Municipal os 1.500.000,00 €, só que desse dinheiro a Câmara tinha obtido financiamento na banca para 900.000,00€, nas condições que se encontram regulamentadas, e os outros 600.000,00€ eram em condições que a DGCI impunha e era ela que colocava o dinheiro na banca para esse efeito, revelando que a Câmara Municipal iria realizar um contrato de 900.000,00€ e um contrato paralelo com a DGCI no restante valor e nas condições que estavam aprovadas. -----

----- O senhor deputado José Lázaro colocou a questão sobre quais tinham sido as condições aprovadas com a DGCI. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara afirmou que as condições não eram nada vantajosas, nomeadamente no que dizia respeito ao prazo, mas como a Câmara ainda não tinha conseguido o visto relativamente ao empréstimo anterior, onde as condições eram muito melhores, quer no *spread*, quer no prazo, não queria correr o risco de perder esta oportunidade. Na sua opinião, é mais uma medida do Governo completamente desajustada com a realidade dos municípios. -----

----- O senhor José Lázaro afirmou que desde que Portugal estava na zona Euro nunca tinha visto um *spread* tão alto como o que estava a ser apresentada, considerando que esta era uma péssima altura para contracção de empréstimos, mas que entendia a posição da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Vice Presidente da Câmara não concordou com o senhor deputado José Lázaro, argumentando que a taxa de juro que estava em cima da mesa era muito mais barata do que tinham há um ano atrás, pois a taxa Euribor era cerca de um quarto menor do que há um ano. -----

----- O senhor deputado José Lázaro lembrou que as pessoas sabiam o que se pagava hoje nos empréstimos mas nunca sabiam quanto iriam pagar no futuro, pois a taxa Euribor não era fixa, confirmando a importância do *spread* na contratação dos empréstimos. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa, sobre o valor dos 600.00,00€ garantidos pela DGCI, questionou sobre o que aconteceria se o município não conseguisse amortizar todo o valor contraído. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que a amortização iria começar logo a partir da assinatura do contrato, e que a Câmara municipal tinha de conseguir amortizar esse valor no prazo estabelecido. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da contratação de empréstimo no montante de 1.500.000,00 €, ao abrigo do programa de regularização de dívidas do Estado. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a contratação de empréstimo no montante de 1.500.000,00 €, ao abrigo do programa de regularização de dívidas do Estado. -----

----- **PONTO OITO – DOAÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO À ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E CULTURAL DE SANTO ANDRÉ – AUTORIZAÇÃO PARA DOAR.** -----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que já tinha sido efectuada a escritura de permuta entre a Câmara Municipal e os proprietários, estando todas as condições reunidas para a doação do prédio que já estava estabelecido com a Associação de Solidariedade Social e Cultural de Santo André, afirmando que esta autorização era o passo final para a formalização a escritura de doação. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a autorização de doação de prédio rústico à Associação Social e Cultural de Santo André. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a autorização de doação de prédio rústico à Associação Social e Cultural de Santo André. -----

----- A senhora deputada Dulcília Sereno ausentou-se da sala no momento da votação. -----

----- **PONTO NOVE – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009 – APROVAÇÃO.** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara começou por informar que a revisão não era um orçamento suplementar, nem uma alteração ao orçamento, era apenas uma adequação, no que dizia respeito aos impostos com pessoal, à Lei 12-A, e que portanto tinha havido a necessidade de ajustes no POCAL relativamente à mudança da rubrica, havendo verbas que tinham mudado de rubrica sem que o valor tivesse sido alterado. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação da 1ª revisão ao orçamento para o ano de 2009. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a 1ª revisão ao orçamento para o ano de 2009. -----

----- **PONTO DEZ – BE TOWERING – GESTÃO DE TORRES DE TELECOMUNICAÇÕES, SA – PROCESSO DE OBRAS Nº 117/2008 – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por informar que esta questão era um pouco diferente, uma vez que o interesse público da expansão das redes de telecomunicações já estava declarado pelo Governo, sendo esta uma situação concreta para que a empresa Be Towering promova a desafecção da Reserva Agrícola Nacional para licenciar a torre que estava instalada junto à passagem superior da A17 de Junco do Bico, Calvão. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro questionou o Executivo sobre se a empresa em causa tinha apresentado os documentos/pareceres solicitados pela Câmara Municipal, em reunião de Câmara, para que a declaração pudesse ser emitida. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a empresa entregou todos os pareceres solicitados, nomeadamente os pareceres da Autoridade de Saúde, do Exército Português e da Direcção de Infra-estruturas do Ministério da Defesa. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a declaração de interesse público. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a declaração de interesse público da Be Towering. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado solicitou ao senhor Presidente da Câmara o esclarecimento em relação a esta torre e ao sistema municipal de saneamento da Ria de Aveiro, questionando se quando tinham sido votadas e aprovadas as declarações de interesse público, por esta Assembleia, se as obras já não estariam concluídas e se não se poderia fazer o paralelismo sobre a questão de declaração de interesse público da freguesia de Santo António, levantada na última sessão da Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Câmara confirmou que as obras já se encontravam executadas e que eram situações iguais à situação da freguesia de Santo António. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que uma questão era a implantação de infra-estruturas cuja localização decorria de razões técnicas e que a decisão sobre a sua necessidade competia a entidades superiores,

dando o exemplo da declaração de interesse do Governo em relação às redes de telecomunicações, e que para além disso, em relação ao ponto que tinha sido aprovado sobre a infra-estrutura de saneamento da Ria de Aveiro, era evidente que a decisão de localização daquela infra-estrutura era uma decisão de ordem técnica e não podia ser ela, enquanto elemento da Assembleia Municipal, que podia dizer se a opção de localização daquela infra-estrutura naquele sítio e não noutra sítio qualquer era questionável. Afirmando que as duas declarações de interesse público aprovadas nesta sessão referiam-se a opções em termos de localização que eram efectuadas por razões de ordem técnica, bastando para isso ler a legislação em relação ao equipamento sob pressão para perceber que ela espelhava razões de ordem técnica para a localização deste tipo de infra-estruturas. Referiu ainda o que tinha dito na última sessão da Assembleia, que de facto o que tinha estado em causa não era a questão do interesse do armazém ou da ampliação do cemitério, mas sim um questão de procedimentos errados e com os quais discorda. No PDM anterior existia na freguesia de Santo António uma zona prevista para equipamentos onde iria surgir o armazém, considerando que se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António entendia que aquela localização não era a mais apropriada tinha duas opções: ou na revisão do PDM tentava fazer com que fosse criada uma zona para equipamento no sítio onde ampliou o cemitério e construiu o armazém ou então tinha o procedimento que teve a senhora Presidente de Junta de Santo André. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que os três processos em discussão eram exactamente iguais, ou seja, estavam todos construídos e precisavam da declaração de interesse público da Assembleia Municipal para promover a respectiva desafecção do solo da Reserva Agrícola Nacional. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro voltou a afirmar que os casos não são iguais, que a estação elevatória da SIMRIA está naquele local por razões técnicas e a sua instalação terá de ter sido precedida de autorização. Quanto à torre, a decisão de a declarar de interesse público decorre também de decisão governamental. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, tendo a senhora deputada Dina Ribeiro manifestado o seu desagrado por se estar a permitir respostas por parte do Grupo Municipal do PSD e do senhor Presidente da Câmara. Considerou mesmo que o senhor Presidente da Mesa estava a abrir um precedente grave, por permitir que, depois de votados os pontos e encerrada a discussão, se permitissem mais intervenções. -----

----- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Tony Richard que afirmou que o que se tem visto por parte dos operadores de telecomunicações móveis são medidas completamente despudoradas, pois chegam, montam a estação base e só depois prestam contas e entregam o pedido de licenciamento à Câmara. E se estas não respondem não há problema, pois eles pegam nas suas ferramentas e montam a antena. Chamou a atenção para a mudança de tom da Be Towering, durante todo o processo, mais precisamente quando se verifica que a instalação da estação base de telecomunicações se situa numa zona de Reserva Agrícola Nacional, e que era necessário para licenciamento a declaração de interesse público da Assembleia Municipal. -----

----- **PONTO ONZE – REGULAMENTO ORGANIZACIONAL DOS SERVIÇOS MUNCIPAIS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 70º.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por informar que a Câmara, no estudo que efectuou sobre o regulamento organizacional, tinha entendido que deveria existir uma figura regulamentar que permitisse à Câmara nomear um determinado funcionário da estrutura que pudesse coordenar um determinado projecto que fosse transversal a mais que uma divisão, chamando a esta figura Coordenador de Projecto Municipal ou Coordenador de Divisões. Não querendo a Câmara aumentar a responsabilidade e a carga de trabalho de um determinado funcionário



e não o compensar monetariamente, já que a Lei 12-A era bastante clara em relação aos suplementos remuneratórios. No regulamento estavam definidas as funções de Coordenador mas a figura de Coordenador não estava, e após consulta à CCDR/C chegou-se à conclusão que havia essa figura na Lei dos cargos dirigentes e que se chamava Director de Projecto Municipal, concluindo que o que estava em causa era uma adaptação do artigo 70º à lei dos cargos dirigentes, mudando o nome de Coordenador Municipal para Director de Projecto Municipal. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado afirmou que esta alteração apenas consistia na mudança de nomenclatura, mas que o conceito se mantinha o mesmo. E afirmou que o Grupo Municipal do CDS/PP constantemente alegava o regimento quando lhes interessava, considerando que lhe parecia inaceitável e extemporâneo sempre que existia alguma benevolência do Presidente da Mesa para com o Grupo Municipal do PSD, era sempre colocado em causa por parte do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por referir que nunca nesta Assembleia Municipal tinha pedido a palavra depois de uma tomada de posição do Grupo Municipal do PSD, fosse para comentar a sua tomada de posição ou a sua declaração de voto, pois considerava essa atitude incorrecta. Tal não deve ser feito e não deve ser autorizado pelo senhor Presidente da Mesa, afirmando ser incorrecto que repetidas vezes, depois da bancada do CDS/PP ter tomado uma posição ou ter efectuado uma declaração de voto, o senhor Presidente da Mesa dar a palavra ao porta-voz do PSD para comentar. Considerou ainda que era mais incorrecto quando o Presidente da Mesa permitia esta situação ao senhor Presidente da Câmara, revelando que na última sessão da Assembleia tinha ficado surpreendida pela positiva pois tinha havido uma situação em que não o tinha feito, mas habitualmente a atitude do Presidente da Mesa não fazia sentido, dava espaço às trocas de acusações e por isso muitas vezes era desvirtuado o essencial, deixava-se de discutir os pontos, e havia questões que eram votadas que quase não eram conversadas na Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Mesa esclareceu que nunca tinha cortado a palavra a ninguém nas sessões da Assembleia, lembrando até que nesta Sessão tinha havido uma situação de “ping-pong”, feita por dois elementos do CDS/PP e que não lhes tinha cortado a palavra. Considerou que tinha sido sempre benevolente com todos os deputados, mas que não aceitava a posição da senhora deputada Dina Ribeiro. Afirmou mesmo que quando convinha à senhora deputada, a posição do senhor Presidente da Mesa era considerada correcta e quando não convinha era considerada incorrecta. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a alteração ao artigo 70º do Regulamento Organizacional dos serviços municipais. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a alteração ao artigo 70º do Regulamento Organizacional dos serviços municipais. -----

----- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao público para intervir. -----

----- A senhora Zulay Costa solicitou autorização para passar uma gravação sonora com excerto da entrevista ao senhor Vice-presidente da Câmara. -----

----- O senhor Presidente da Mesa questionou os diversos grupos acerca deste pedido tão inusitado. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que a comunicação social foi nesta Sessão posta em causa e que, em favor da verdade, era proveitoso que se pudesse ouvir a gravação. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado considerou o pedido despropositado, por considerar que a comunicação social tem o seu espaço próprio para esclarecer o público. Em sua opinião pessoal, votará contra o pedido de se passar o som. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta recordou que “quem não deve não teme” e manifestou vontade de que se escutasse a gravação, até porque a jornalista pode ter ficado ferida na sua sensibilidade. -----

----- O senhor deputado Hugo Jorge recordou que a gravação que a senhora Zulay Costa deseja passar não foi feita numa Sessão da Assembleia e que seria correcto perguntar à pessoa entrevistada se autoriza que se passe a gravação. -----

----- O senhor Presidente da Câmara recordou que foi a única pessoa do Executivo que abordou, no decurso da Sessão, as afirmações publicadas no jornal. E voltou a afirmar que tudo não passou de um engano, e que se está a querer tornar esta Sessão num circo. A ninguém deve ser cortada a palavra nem a possibilidade de defesa da honra. -

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que um dos elementos do público se está a sentir ferido e quer apresentar uma gravação para se defender. E assim se pode saber se o engano foi do senhor Vice-presidente ou da senhora jornalista. -----

----- A senhora Zulay Costa retirou então o pedido de passar a gravação e afirmou que a sua intervenção não era uma afronta, mas sim um esclarecimento. O que aconteceu foi uma entrevista sobre as alterações que o Regulamento Organizacional dos serviços municipais ia provocar dentro da Câmara. À margem disso apresentou ao Dr. Carlos Neves duas cópias do Regulamento, uma que lhe tinha sido cedida por um deputado na Assembleia Municipal e outra que tinha sido publicada no Diário da Republica, faltando um parágrafo naquela que tinha sido apresentada aos deputados. Questionou o Dr. Carlos Neves sobre as razões dessa alteração, afirmando que o que estava escrito no jornal “O Ponto” era exactamente a resposta do Dr. Carlos Neves. Poderá ter havido um problema de comunicação ou o Dr. Carlos Neves pode não ter percebido a pergunta, mas, independentemente de ter havido uma falha de comunicação, não deixa de ser um facto que o documento publicado era diferente. Quanto às acusações de intrigas e calúnias, refutou-as, afirmando que trabalha somente com factos. -----

----- Também do público interveio o senhor Carlos Neves, que referiu que tinha sido confrontado pela senhora jornalista Zulay Costa pelo facto de haver discrepância entre o documento da Câmara e o da Assembleia Municipal, tendo respondido que o documento que tinha vindo para a Assembleia Municipal era enviado pelos serviços da Câmara e não por ele. Esclareceu que o documento, antes de aprovação pelo Executivo, foi enviado ao Dr. Dias Pacheco para correcção naquilo que tinha a ver com a componente jurídica. O documento chegou corrigido e foi presente a reunião de Câmara e assinado por todos os vereadores. Nessa altura o documento tinha os quatro parágrafos, revelando que o Executivo não sabe que documentos é que os serviços enviam para a Assembleia. O que pode ter acontecido foi a troca de versões no envio para a Assembleia Municipal, referindo que a alteração que tinha havido no documento foi depois da revisão do Dr. Dias Pacheco mas foi antes da Assembleia Municipal, afirmando que ficou chocado com o que ouviu e leu na comunicação social, onde se insinuava que a alteração teria sido feita depois da Assembleia Municipal, algo que não aconteceu e que nunca afirmou ter acontecido. A terminar, afirmou não se importar que se passe a gravação. -----

----- Por fim, interveio o senhor João Luís Santos, que concordou com as obras de ampliação do cemitério e do armazém de Santo António, afirmando que o senhor Presidente da Câmara teve a coragem política de comprar os terrenos e de ter feito uma grande obra, revelando que aquela área ficou mais agradável e mais segura. -----

----- Não havendo mais público para intervir, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da acta. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-

----- No decurso desta Sessão, o Grupo Municipal do CDS-PP entregou à Mesa um Requerimento para que sejam fornecidas aos Grupos Municipais as actas das reuniões de Câmara realizadas entre sessões da Assembleia, que já tenham sido aprovadas mas ainda não estejam disponíveis no site, bem como autorização para que sejam fornecidas as gravações das Sessões. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----